Delegacia-Geral da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul

PORTARIA "P" CGPC/MS/Nº 13 DE 29 DE MAIO DE 2020

O CORREGEDOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 30, inc. VII c/c arts, 177 e 179, todos da Lei Complementar n.º 114, de 19 de dezembro de 2005:

Considerando as decisões judiciais proferidas nos Autos nº 5000060-89.2020.403.6005 da 2ª Vara Federal de Ponta Porã/MS, que determinaram o afastamento cautelar dos policiais civis **IVAN ZACARIAS RAMOS DE ALMEIDA, AMILTON RODRIGUES DA SILVA, EFRAIM DUARTE ARNAUT, CLEBERSON DE LIMA SANTINI e NAILSON LIMA MONTEIRO** de suas funções públicas, sem prejuízo da remuneração, até decisão ulterior.

RESOLVE

Afastar compulsoriamente de suas funções os Investigadores de Polícia Judiciária IVAN ZACARIAS RAMOS DE ALMEIDA, matrícula n.º 113760023, EFRAIM DUARTE ARNAUT, matrícula n.º 426290022, CLEBERSON DE LIMA SANTINI, matrícula n.º 423196022, NAILSON LIMA MONTEIRO, matrícula n.º 101931023 e o Escrivão de Polícia Judiciária AMILTON RODRIGUES DA SILVA, matrícula n.º 109153024, todos pertencentes ao quadro efetivo da Secretaria de Justiça e Segurança Pública/MS, pelo prazo em que perdurar a medida imposta pela justiça, determinando o recolhimento da arma, carteira funcional e demais pertences do patrimônio público destinados aos referidos policiais, além da suspensão de suas senhas e *logins* de acesso aos bancos de dados da instituição policial, suspensão de férias e avaliação para fins de promoção, caso tais medidas ainda não tenham sido adotadas, informando ao RH/ SEJUSP/MS, para fins pertinentes. Com efeito a contar de 28 de maio de 2020.

MÁRCIO ROGÉRIO FARIA CUSTÓDIO

Delegado de Polícia Corregedor-Geral da Polícia Civil

PORTARIA "P" DGPC/MS Nº 232, DE 29 DE MAIO DE 2020.

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL,

no uso de suas atribuições legais;

Considerando solicitação do Departamento da Polícia do Capital/MS, constante Comunicação Interna nº 50, de 29 de maio de 2020;

Considerando que é dever da administração superior da Policia Civil estabelecer medidas que propiciem atender às demandas de cada Unidade Policial, provendo a adequação do perfil de cada servidor com o serviço a ser desempenhado, norteando-se pela prevalência do interesse coletivo sobre o interesse individual de cada servidor, visando propiciar maior eficácia nos trabalhos de Polícia Judiciária a serem efetuados:

RESOLVE:

Remover, "ex-officio, no interesse da Administração, os servidores abaixo relacionados, relativos as matrículas, cargos, classes e lotações ali mencionados, concedendo 05 (cinco) dias de trânsito, com base no inciso II, do artigo 85, da Lei Complementar nº 114/2005 e alterada pela Lei Complementar nº 140, de 22 de dezembro de 2009, a contar da data da publicação.

MATR.	NOME	CARGO	CL	ORIGEM	DESTINO
127151023	Jarley Inacio de Souza	Delegado de	2a	Delegacia de	Delegacia de Polícia de
		Polícia		Pronto Atendimento	Bandeirantes/MS
				Comunitário	
474660023	Nilson Friedrich	Delegado de	3a	Delegacia de Polícia	4ª Delegacia de Polícia de
		Polícia		de Bandeirantes/MS	Campo Grande/MS

Campo Grande, MS, 29 de maio de 2020.

MARCELO VARGAS LOPES

DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL

PORTARIA "P" DGPC/MS Nº 233, DE 29 DE MAIO DE 2020.

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO

DO SUL, no uso de suas atribuições legais;

Considerando que é dever da administração superior da Policia Civil estabelecer



